

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. TEORIA GERAL DA ARBITRAGEM NO DIREITO PÚBLICO.....</b>	<b>13</b>
1.1. O giro pragmático e democrático no Direito Público brasileiro.....	13
1.2. A aplicação do sistema multiportas para a Administração Pública e os Mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos: negociação, mediação, arbitragem e os <i>dispute boards</i> .....	20
1.3. A teoria da capacidade institucional e a escolha da arbitragem.....	28
1.4. Princípio da boa-fé objetiva aplicada a arbitragem: “venire contra factum proprium non potest”, <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> .....	34
1.5. Princípio da publicidade, acesso a informação e a confidencialidade.....	49
1.6. Alteração do caráter autoritário da atuação administrativa e a capacidade e competência para celebração da Arbitragem.....	59
1.7. A solução extrajudicial de conflitos no novo Código de Processo Civil .....	68
1.8. A compatibilidade da arbitragem com a Administração Pública.....	70
1.9. Desafios da redação da cláusula compromissória pela Administração Pública.....	73

<b>2. A MODERNIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO, AS INFLUÊNCIAS DO DIREITO PRIVADO E O SISTEMA ARBITRAL.....</b>	<b>79</b>
2.1. A modernização do direito administrativo .....	79
2.2. As relações do direito administrativo e a arbitragem. ....	86
2.3. O direito privado como mecanismo de eficiência da gestão pública .....	88
2.4. A globalização e a arbitragem no direito administrativo.....	98
2.5. Dos critérios subjetivos e objetivos após Lei 13.12/2015.....	112
2.6. Requisitos da disponibilidade e patrimonialidade no direito público .....	133
2.7. Arbitragem administrativa e a jurisprudência dos Tribunais.....	142
<b>3. DA RELEITURA CONSTITUCIONAL DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E OS IMPACTOS DA ARBITRAGEM NA ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>151</b>
3.1. Releitura constitucional da Supremacia do Interesse Público .....	151
3.2. Arbitragem e Administração Pública Direta.....	160
3.3. Órgãos Públicos e a convenção de arbitragem .....	164
3.4. Arbitragem e Administração Pública Indireta.....	166
3.5. Arbitrabilidade e as empresas estatais .....	169
3.6. Escolha da Câmara e dos Árbitros pelo Poder Público .....	172
3.7. Execução da sentença arbitral contra a Administração Pública .....	180
3.8. Arbitragem e a delegação dos serviços públicos.....	183
3.9. Arbitragem no setor marítimo e portuário .....	188
3.10. Arbitragem no setor de telecomunicações .....	190
3.11. Arbitragem no setor de energia.....	193
3.12. Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e arbitragem.....	194
3.13. Procedimento arbitral aplicado a Administração Pública ...	197
3.14. Pagamento das despesas com arbitragem .....	199
<b>4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>207</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>211</b>